TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (TCDF)
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGA E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO
CARGO DE AUDITOR (CONSELHEIRO-SUBSTITUTO) DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

RESPOSTAS ÀS IMPUGNAÇÕES AO
EDITAL Nº 1 – TCDF – AUDITOR, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Sequencial: 1

Subitem: 12.3.B

Argumentação: Na alínea "B", dos títulos, o subitem: "Efetivo exercício, por mais de dez anos, dos cargos integrantes das seguintes carreiras:... f) dos órgãos a que se refere o artigo 144 da Constituição Federal." se mostra incompatível e desproporcional com o que a Constituição Federal estabelece como requisitos ao cargo de Ministro dos tribunais de contas e por consequência aos Conselheiros e cargos congêneres aos seus substitutos. Em nenhum momento há referência às carreiras de segurança pública que são aquelas que se refere o art. 144. da CF/88. Logo, o edital extrapola em muito o alcance que as funções dos membros do TCDF podem ter como computo para títulos, caso fosse desse modo, deveria o edital também prever a possibilidade de se contar como título o exercício, por mais de dez anos, de cargos integrantes de carreiras como aquelas relacionadas ao artigo 163, isto é, que tratam das finanças públicas. Tal previsão, que limita e restringe a pontuação dos títulos às carreiras relacionadas à segurança pública corre risco de gerar grande distorção e prejuízo aos candidatos do certame. Facilmente, depreende-se que a questão pode ser submetida até a apreciação judicial, pois tal regra pode conferir tratamento não isonômico a um candidato, por exemplo, que possui exercício por mais de 10 anos na carreira de policial rodoviário, o que conferiria 4 pontos na prova de títulos, em detrimento a, por exemplo, um candidato com o mesmo tempo de experiência profissional em um cargo de gestão de finanças públicas, do Banco Central do Brasil, ou outra carreira de Estado cujas atribuições sejam correlatas aos requisitos previstos no art. 73, §1º, III, da CF/88, a saber: "III - notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;". Ou seja, nem forçosamente é seguro inferir que os conhecimentos relacionados à segurança pública se sobrepõe aos demais expressamente tratados no texto constitucional (econômico, contábil, financeiro).

Resposta: procedente. Inicialmente, é importante elucidar que a definição das carreiras eventualmente contempladas com atribuição de pontos na avaliação de títulos encontra-se, desde que respeite os ditames legais, dentro da margem de discricionariedade da administração pública em definir os critérios de seleção e classificação em seus certames e tem como objetivo selecionar os perfis considerados por ela mais adequados para o cargo público a ser ocupado. Nesse sentido, cabe esclarecer que as atividades previstas nas letras "a", "b", "c", "d", e, "e" da alínea B do item 12.3 do Edital guardam simetria e correspondência com as atribuições do cargo de Auditor (Conselheiro-Substituto). Entretanto, a impugnação é procedente para exclusão da letra "f" da alínea B do item 12.3 do Edital, em face da reduzida equivalência entre as atribuições do cargo a ser provido por meio deste certame e as carreiras de segurança pública, elencadas no art. 144 da Constituição Federal.

Sequencial: 2

Subitem: item 3 subitem 3.6 e 3.10

Argumentação: O presente edital diz que o concurso é aberto a qualquer nível superior mas, no decorrer da leitura dos itens acaba por restringir a áreas específicas como advogados, contadores, economistas, administradores e áreas afins, mesmo que não esteja diretamente claro no presente edital, sendo assim para estes cargos que estão diretamente ligados a área de conhecimento. E que certamente tem esses

anos na função requerida. Assim descaracteriza qualquer nível superior. Itens que devem ser revistos: ITEM 1 SUBITEM 1.2 d) AVALIAÇÃO DE TÍTULO, DE CARÁTER CLASSIFICATÓRIO E NÃO ELIMINATÓRIO ITEM 2 ITEM 3: SUBITEM 3.6 DIVERGINDO DO SUBITEM 3.10

Resposta: improcedente. Por força do disposto no art. 82, § 1º da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) e no art. 69, inciso III, da Lei Complementar Distrital nº 1/1994, constitui-se como um dos requisitos essenciais, para investidura no cargo de Auditor (Conselheiro-Substituto) do Tribunal de Contas do Distrito Federal, notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública, o que não se confunde com titulação formal nas respectivas áreas, razão pela qual encontra-se correta a exigência de: *“diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior, reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC)”*, prevista no item 2 do Edital. Além disso, conforme ementa da Ação Originária nº 476-4 – STF, *“A qualificação profissional formal não é requisito à nomeação de conselheiro de tribunal de contas estadual. O requisito notório saber é pressuposto subjetivo a ser analisado pelo governador do Estado, a seu juízo discricionário”* (AO 476 - 4 - STF).

Sequencial: 3

Subitem: 12.3

Argumentação: A alínea "a" dos títulos atribuíveis aos candidatos extrapola a proporcionalidade cabível, uma vez que concede aos candidatos que possuam comprovado exercício, por mais de dez anos, de cargo da Carreira de Controle Externo de Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, um total de 4 pontos, o que equivale a 40% do total de pontos em títulos possíveis. Tal pontuação se mostra excessiva e prejudicial ao caráter competitivo do certame, de modo que todos os servidores dos cargos auxiliares do TCDF, com mais de 10 anos de exercício, iniciariam o certame à frente dos demais candidatos.

Resposta: improcedente. Inicialmente, cabe esclarecer que a alínea A do item 12.3 do edital tem fundamento legal no art. 74, §2º da Lei Complementar Distrital nº 01/1994. A distribuição da pontuação no quadro de avaliação de títulos encontra-se, desde que respeite os ditames legais, dentro da margem de discricionariedade da administração pública em definir os critérios de seleção e classificação e tem como objetivo selecionar os perfis considerados por ela mais adequados para o cargo público a ser ocupado. Por essa razão, não cabe o questionamento de que eventual titulação tenha sido mais valorada que outras, inclusive pelo fato de a alínea B do item 12.3 do edital ter a mesma valoração para atividades simétricas às previstas na alínea A desse item.

Sequencial: 4

Subitem: item 1 e subitem 1.2 d)/item 2

Argumentação: O presente edital diz que o concurso é aberto a qualquer nível superior mas, no decorrer da leitura dos itens acaba por restringir a áreas específicas como advogados, contadores, economistas, administradores e áreas afins, mesmo que não esteja diretamente claro no presente edital, sendo assim para estes cargos que estão diretamente ligados a área de conhecimento. E que certamente tem esses anos na função requerida. Assim descaracteriza qualquer nível superior. Itens que devem ser revistos: ITEM 1 SUBITEM 1.2 d) AVALIAÇÃO DE TÍTULO, DE CARÁTER CLASSIFICATÓRIO E NÃO ELIMINATÓRIO ITEM 2 ITEM 3: SUBITEM 3.6 DIVERGINDO DO SUBITEM 3.10

Resposta: improcedente. Por força do disposto no art. 82, § 1º da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) e no art. 69, inciso III, da Lei Complementar Distrital nº 1/1994, constitui-se como um dos requisitos essenciais, para investidura no cargo de Auditor (Conselheiro-Substituto) do Tribunal de Contas do Distrito Federal, notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública, o que não se confunde com titulação formal nas respectivas áreas, razão pela qual encontra-se

correta a exigência de: *“diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior, reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC)”*, prevista no item 2 do Edital. Além disso, conforme ementa da Ação Originária nº 476-4 – STF, *“A qualificação profissional formal não é requisito à nomeação de conselheiro de tribunal de contas estadual. O requisito notório saber é pressuposto subjetivo a ser analisado pelo governador do Estado, a seu juízo discricionário”* (AO 476 - 4 - STF).

Sequencial: 5

Subitem: item 1 e subitem 1.2 d)

Argumentação: O presente edital diz que o concurso é aberto a qualquer nível superior mas, no decorrer da leitura dos itens acaba por restringir a áreas específicas como advogados, contadores, economistas, administradores e áreas afins, mesmo que não esteja diretamente claro no presente edital, sendo assim para estes cargos que estão diretamente ligados a área de conhecimento. E que certamente tem esses anos na função requerida. Assim descaracteriza qualquer nível superior. Itens que devem ser revistos: ITEM 1 SUBITEM 1.2 d) AVALIAÇÃO DE TÍTULO, DE CARÁTER CLASSIFICATÓRIO E NÃO ELIMINATÓRIO ITEM 2 ITEM 3: SUBITEM 3.6 DIVERGINDO DO SUBITEM 3.10

Resposta: improcedente. Por força do disposto no art. 82, § 1º da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) e no art. 69, inciso III, da Lei Complementar Distrital nº 1/1994, constitui-se como um dos requisitos essenciais, para investidura no cargo de Auditor (Conselheiro-Substituto) do Tribunal de Contas do Distrito Federal, notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública, o que não se confunde com titulação formal nas respectivas áreas, razão pela qual encontra-se correta a exigência de: *“diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior, reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC)”*, prevista no item 2 do Edital. Além disso, conforme ementa da Ação Originária nº 476-4 – STF, *“A qualificação profissional formal não é requisito à nomeação de conselheiro de tribunal de contas estadual. O requisito notório saber é pressuposto subjetivo a ser analisado pelo governador do Estado, a seu juízo discricionário”* (AO 476 - 4 – STF, DJ de 05-11-1999).

Sequencial: 6

Subitem: 1.2

Argumentação: Ausência da fase de inscrição definitiva. Como o cargo de Auditor (Conselheiro-substituto) possui as mesmas garantias, prerrogativas e impedimentos de Juiz de Direito da Justiça do Distrito Federal e Territórios, nos termos do art. 6º do art. 82 da Lei Orgânica do Distrito Federal, deve ser aplicada, naquilo que couber, a Resolução nº 75 de 12 de maio de 2009 do Conselho Nacional de Justiça, de forma que a previsão da fase de inscrição definitiva passe a ser contemplada, a exemplo de concurso similar para o cargo de Auditor (Conselheiro-substituto) do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (<https://www.concursosfcc.com.br/concursos/tcmrj114/index.html>). Além disso, a medida atende o interesse público e da Administração para evitar que candidatos não possuidores dos requisitos sejam nomeados e criem imbrólios judiciais, podendo até ocorrer a ausência de investidura de candidatos no cargo, a exemplo do último concurso do TCDF para o mesmo cargo.

Resposta: improcedente. Cabe informar que o teor do disposto no art. 82, § 6º, da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) e no art. 63, §3º, da Lei Complementar Distrital nº 1/1994, assegura ao titular do cargo de Auditor (Conselheiro-Substituto), quando em substituição a Conselheiro, as mesmas garantias, prerrogativas e impedimentos do titular e, no exercício das demais atribuições da judicatura, as de Juiz de Direito da Justiça do Distrito Federal e Territórios, não versando tais dispositivos sobre a forma de investidura. De igual forma a Lei Complementar nº 35/1979, que disciplina o regime jurídico do cargo, não versa sobre inscrição preliminar e definitiva. É importante frisar, ainda, que a inscrição prevista no edital

do concurso já se refere à inscrição definitiva, observando inclusive o disposto no *caput* do art. 41 do Regimento Interno do TCDF: “Os Auditores, em número de três, serão nomeados pelo Governador do Distrito Federal, dentre os cidadãos que satisfaçam os requisitos exigidos para o cargo de Conselheiro, mediante concurso público de provas e títulos promovido e homologado pelo Tribunal, observada a ordem de classificação”. Frise-se também que o Supremo Tribunal Federal (STF) já estabeleceu com clareza os limites da equiparação Constitucional entre Conselheiros-Substitutos e Juizes de Direito. Abrange a paridade remuneratória (ADI 3.417) e notadamente a vitaliciedade (ADI 4.190). As Cortes de Contas do país, conforme reconhecido pela Constituição de 1988 e pela Suprema Corte, gozam das prerrogativas da autonomia e do autogoverno (ADI 4.643). Na autonomia administrativa assegurada pela Constituição aos Tribunais de Contas inclui-se, indiscutivelmente, dispor sobre os procedimentos de concurso público para os respectivos cargos, observada neste caso específico a legislação distrital que rege a realização de concursos para cargos públicos. Ademais, as cortes de contas seguem o exemplo dos tribunais judiciais no que concerne às garantias de independência, sendo também detentoras de autonomia funcional, administrativa e financeira [ADI 4.418 e ADI 1.994], ou seja, é justamente o oposto do que o impugnante afirma, as normas do Judiciário referentes à forma de organização, funcionamento e procedimentos administrativos não são aplicadas subsidiariamente aos Tribunais de Contas, em razão da equiparação entre Conselheiro-substituto e Juiz. Esta equiparação, segundo o STF, limita-se apenas a aspectos funcionais relacionados ao exercício do cargo de Auditor, ou seja, a simetria constitucional diz respeito apenas ao ocupante do cargo de Auditor, ao qual, no exercício das suas funções judicantes, são asseguradas as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade, simetria e irredutibilidade de subsídio. Por fim, esclarece-se que concurso para o cargo de Auditor (Conselheiro-Substituto) do Tribunal de Contas do Distrito Federal não está sendo regido pela Resolução nº 75/2009 do CNJ e sim pelas normas apontadas no edital.

Sequencial: 7

Subitem: 16.2.3

Argumentação: Os conhecimentos de ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO E REGULAÇÃO relacionam conhecimentos de matemática financeira (itens 13 e seguintes), que não é objeto da disciplina. Além disso, não há matemática financeira no rol de conhecimentos do quadro constante do item 8.1 do edital.

Resposta: A determinação dos objetos de conhecimento a serem avaliados nas provas é da discricionariedade da administração pública.

Sequencial: 8

Subitem: 12.11

Argumentação: O edital não deixa clara a possibilidade de somatório de tempo de efetivo exercício dos cargos integrantes das carreiras relacionadas nas alíneas A e B do quadro de títulos para obtenção do título relacionado à alínea B, situação que pode afrontar o princípio da isonomia, uma vez que candidato que tenha mais de dez anos de efetivo exercício, mas tenha ocupado mais de um dos cargos indicados nas alíneas A e B, não obterá a pontuação relativa à alínea B. Por exemplo, candidato que tenha 6 anos de advocacia pública (ou de auditor de controle externo do TCDF) e 8 anos de magistratura não obterá pontuação de títulos, ao passo que candidato com 11 anos apenas de advocacia pública obterá, em evidente afronta ao princípio da isonomia.

Resposta: parcialmente procedente. As alíneas A e B são independentes. Sendo assim, para receber a pontuação correspondente, o candidato deverá cumprir o que está estabelecido em cada uma delas de forma isolada. Não é possível, portanto, fazer a combinação sugerida pelo candidato. Por força do disposto no art. 74, § 2º da Lei Complementar Distrital nº 01/1994 não possível a permissão de somatório de tempos para alínea A do item 12.3 do Edital. Entretanto, por não existir disposição legal em sentido

contrário, e à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, cabe esclarecer que será explicitada a permissão de soma dos tempos exercidos nos cargos constantes das letras da alínea B do item 12.3 do Edital, inserindo-se no edital o seguinte item: “**12.11.3.1 Para comprovação do disposto na alínea “B” do item 12.3 do Edital será permitido a soma dos tempos exercidos nos cargos constantes das letras dessa alínea, desprezando-se a parte fracionária após o resultado do somatório**”.

Sequencial: 9

Subitem: ITEM 16.2.2 ÁREA DE CONHECIMENTOS

Argumentação: CANTAGALO, 27 DE NOVEMBRO DE 2020. Senhores avaliadores, Bom Dia! Venho através deste instrumento, requerer a impugnação deste Edital, mui respeitosamente, pois ao fazermos uma análise pormenorizada da situação em que nos encontramos, situação de Pandemia com alto índice de contaminados e conseqüentemente mortos, uma sociedade devastada pela insegurança com o risco de aumento do desemprego. Tomando por base o texto acima nos faz refletirmos quanto a dificuldade que enfrentará àqueles que desejam realizar este certame e não tem condições financeiras para tal, devido ao desemprego ou o risco de vivenciá-lo num futuro próximo, diante desta realidade brasileira e o momento que atravessamos me faz transpor aos senhores a sensibilidade que devemos ter quanto ao princípio da impessoalidade que alberga a idéia de que a Administração tem que tratar isonomicamente todos os administrados, sem quaisquer discriminações favoráveis ou prejudiciais, pois neste momento que atravessamos, será de pouca sensibilidade tratarmos como iguais diante de suas desigualdades. O Princípio da impessoalidade e o da finalidade estão ligados entre si, pois estes defendem que os atos administrativos devem ter por fim o interesse público; e se este edital esta sendo divulgado num momento que beneficia a classe mais favorecida da sociedade, e ou é menos atingida pelos reflexos da pandemia, então não se esta atendendo ao interesse público e muito menos ao da impessoalidade. O meu voto é pelo suspensão do processo e dando continuidade após a vacinação, e não apenas deste, mais sim dos demais.

Resposta: improcedente. Inicialmente, cabe esclarecer que as etapas anteriores à publicação do edital do presente concurso foram suspensas no mês de março de 2020, em face da pandemia relacionada ao novo Coronavírus. As atividades do presente certame só puderam ser retomadas, a partir de agosto de 2020, mediante a edição do Decreto Distrital nº 40.939/2020, cujo teor do art. 4º dessa norma autoriza, no âmbito do Distrito Federal, a retomada das atividades educacionais presenciais nas escolas, universidades e faculdades da rede pública e privada, desde que observados os protocolos e medidas de segurança. É importante destacar que o edital do certame em tela observa as regras de isonomia previstas na legislação, contendo inclusive procedimentos para a solicitação de isenção total ou parcial da taxa de inscrição (item 6 do edital). Há que se registrar ainda a urgência na realização do presente certame, pois o cargo de Conselheiro do TCDF, cuja origem é do cargo de Auditor (Conselheiro-Substituto), possui a previsão de vacância no exercício de 2021, o que poderá gerar sérios problemas nas votações do colegiado deste Tribunal, em razão da configuração de quórum em número par. Observe-se também que o Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que a inércia em criar cargo de auditor (Cons. Subst.) constitui omissão constitucional, por consectário lógico, não prover ou demorar a prover também enseja o mesmo tipo de omissão ([ADI 3.276, rel. min. Eros Grau, j. 2-6-2005, P, DJ de 1º-2-2008.] = ADI 374, rel. min. Dias Toffoli, j. 22-3-2012, P, DJE de 21-8-2014)

Sequencial: 10

Subitem: 12.3, alínea B

Argumentação: Diante do reconhecimento do período de efetivo exercício desempenhado nos órgãos de segurança pública - art 144, CF (que muitas vezes não possuem atividades afetas às áreas delimitadas pela Constituição para o cargo do presente concurso) para contagem de pontos de titulação; solicito a inclusão

na alínea B do item 12.3 do edital, dos cargos de nível superior (analistas e afins) dos Poderes Executivos dos Entes cuja formação seja nas áreas previstas no artigo 73, § 1º, inciso III, da Constituição da República.

Resposta: improcedente. A definição das carreiras eventualmente contempladas com atribuição de pontos na avaliação de títulos encontra-se, desde que respeite os ditames legais, dentro da margem de discricionariedade da administração pública em definir os critérios de seleção e classificação em seus certames e tem como objetivo selecionar os perfis considerados por ela mais adequados para o cargo público a ser ocupado. Por essa razão, não cabe o questionamento de que eventual carreira tenha ou não tenha sido contemplada. É importante esclarecer, ainda, que a letra "f" da alínea B do item 12.3 do Edital será excluída, em face da reduzida equivalência entre as atribuições do cargo a ser provido por meio deste certame e as carreiras de segurança pública, elencadas no art. 144 da Constituição Federal.

Sequencial: 11

Subitem: 12.3 A; 12.3 B - f)

Argumentação: Solicito a impugnação do edital 01 - TCDF 18/11/20 por ferir o princípio da razoabilidade e da isonomia. Como é cediço, em regra, de acordo com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o edital deve ser considerado como lei do concurso sobre o qual dispõe, vinculando tanto a Administração Pública como o candidato que pretende prestar tal concurso. Cabe destacar, no entanto, que tal princípio não é absoluto, sendo certo que o edital não pode extravasar os limites do lógico e do razoável, ofendendo os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Junto a igualdade vemos que nesses itens de avaliação de títulos extrapolam o direito de classificação dos candidatos, por favorecer uma nota que corresponde a 40% do total dessa fase do concurso para aqueles que cumpram os requisitos, mostrando um excesso desproporcional e favorecendo apenas alguns candidatos. A igualdade perante a lei é premissa para a afirmação da igualdade perante todos, da norma inscrita no art 5º, caput, da Constituição, brota o princípio da igualdade sendo que todos aqueles inseridos no processo devem merecer tratamento igualitário, para que tenham as mesmas oportunidades de fazer valer suas ações e decisões. Ainda temos como solicitação para impugnar tal ato que conforme a doutrina majoritária: "A igualdade de tratamento, todavia, corresponde à igualdade nas oportunidades que serão oferecidas às partes no referente à prática dos atos, encontrando certa restrições em alguns casos legais, não sendo, portanto, absoluto [...] (DA SILVA, 1997, p.35). Sendo assim com o mesmo fulcro da decisão do EDITAL N.º 3/2002 TCDF-3, DE 10 DE JULHO DE 2002, que foi feita uma retificação no mesmo sentido, retirando do certame essa pontuação que fere o princípio constitucional da igualdade, solicito a impugnação desses itens em prol da razoabilidade, igualdade, isonomia e proporcionalidade,

Resposta: improcedente. A distribuição da pontuação no quadro de avaliação de títulos encontra-se, desde que respeite os ditames legais, dentro da margem de discricionariedade da administração pública em definir os critérios de seleção e classificação e tem como objetivo selecionar os perfis considerados por ela mais adequados para o cargo público a ser ocupado. Cabe esclarecer, ainda, que a alínea A do item 12.3 do edital tem fundamento legal no art. 74, §2º da Lei Complementar Distrital nº 01/1994, sendo que esse item possui inclusive a mesma valoração para as atividades previstas na alínea B do item 12.3 do edital, por se tratar de atividades simétricas. Por essa razão, não cabe o questionamento de que eventual titulação tenha sido mais valorada que outras.

Sequencial: 12

Subitem: 12.3

Argumentação: A alínea "B" do quadro de pontuação para a avaliação de títulos deveria incluir as carreiras de gestão pública, à exemplo das carreiras de Gestor (PPGG) do Distrito Federal e do Ciclo de Gestão no âmbito federal (Lei nº 11.890/2008). Tais carreiras exigem conhecimentos sobre contabilidade, economia e administração pública, conforme o art. 73, §1º, inciso III, da Constituição Federal e o art. 82, §1º, inciso

III, da Lei Orgânica do DF, dispositivos que parecem ter orientado o rol de carreiras do quadro de pontuação. Ademais, nas alíneas "A" e "B" do quadro caberia uma pontuação proporcional ao tempo de exercício em cada carreira. Caso contrário, o edital permite que um candidato com 11 anos de efetivo exercício tenha pontuação igual a outro com 20 anos, por exemplo, o que distorce a pontuação baseada no tempo de experiência acima do mínimo exigido (10 anos).

Resposta: improcedente. A definição das carreiras eventualmente contempladas com atribuição de pontos na avaliação de títulos encontra-se, desde que respeite os ditames legais, dentro da margem de discricionariedade da administração pública em definir os critérios de seleção e classificação em seus certames e tem como objetivo selecionar os perfis considerados por ela mais adequados para o cargo público a ser ocupado. Por essa razão, não cabe o questionamento de que eventual carreira tenha ou não tenha sido contemplada. Além disso, as alíneas A e B são independentes. Sendo assim, para receber a pontuação correspondente, o candidato deverá cumprir o que está estabelecido em cada uma delas de forma isolada. Cabe ressaltar, ainda, que a exigência de lapso temporal para obtenção dos pontos previstos na alínea A do item 12.3 do edital tem fundamento legal no art. 74, §2º da Lei Complementar Distrital nº 01/1994, sendo que para alínea B desse item foi estipulada a mesma gradação por se tratar de atividades simétricas. É importante esclarecer, ainda, que a letra "f" da alínea B do item 12.3 do Edital será excluída, em face da reduzida equivalência entre as atribuições do cargo a ser provido por meio deste certame e as carreiras de segurança pública, elencadas no art. 144 da Constituição Federal.

Sequencial: 13

Subitem: 15.37

Argumentação: Um ponto que merece reforma para constar no item/Subitem 15.37 do edital é o da previsão de reposicionamento para o final da lista de classificação para o candidato aprovado e nomeado. Esta medida em nada prejudica a Administração, a qual pode nomear o candidato seguinte e ainda aproveitar o candidato que solicitou o reposicionamento em outro momento. Em outro norte, considerando o vastos requisitos para a posse no cargo, essa previsão tende a facilitar para que os candidatos aprovados atendam todos os requisitos para assumir como Conselheiro-Substituto, o que permite um maior interesse de candidatos, fortalecendo o princípio constitucional da isonomia. Neste sentido, tal ditame já é seguido no âmbito do regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, conforme abaixo se expõe: LEI COMPLEMENTAR Nº 840, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011 Dispõe sobre o regime jurídicos dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais. Art. 13. O concurso público tem validade de até dois anos, a qual pode ser prorrogada uma única vez, por igual período, na forma do edital. § 1º No período de validade do concurso público, o candidato aprovado deve ser nomeado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo na carreira. § 2º O candidato aprovado em concurso público, no prazo de cinco dias contados da publicação do ato de nomeação, pode solicitar seu reposicionamento para o final da lista de classificação. Assim, requer-se a alteração do item 15.37 do edital, para incluir a possibilidade de reposicionamento para o final da lista de classificação para o candidato aprovado e nomeado para o cargo de Conselheiro-Substituto do TCDF.

Resposta: procedente parcialmente. Cabe informar ao impugnante que o subitem 15.37 versa apenas sobre a forma de publicidade da nomeação do candidato aprovado. Contudo, cabe esclarecer que o teor do art. 13 da Lei Complementar Distrital nº 840/2011 é aplicável ao certame em tela. Dessa forma, será adicionado um subitem com a seguinte redação: **"15.37.1 Os procedimentos referentes ao processo de nomeação observarão o teor do disposto nos §§1º e 2º da Lei Complementar Distrital nº 840/2011"**.

Sequencial: 14

Subitem: 15.35.1

Argumentação: Consta previsto no Item/Subitem 15.35.1 a possibilidade de cobrança nas questões do certame da jurisprudência aplicada aos tribunais de contas, nestes termos: 15.35.1 Para fins de elaboração dos(as) itens/questões, poderão ser consideradas, ainda, as jurisprudências dos tribunais superiores, assim como a jurisprudência aplicada aos tribunais de contas, desde que publicadas até 30 dias antes da data de realização das provas. Todavia tal item não foi claro se a jurisprudência em questão se refere aos entendimentos dos Tribunais Superiores aplicados aos Tribunais de Contas ou se refere a jurisprudência construída pelos próprios Tribunais de Contas, tais como aquelas firmadas pelo TCDF e pelo TCU. Assim, requer-se alteração do Item/Subitem 15.35.1 para deixar claro a questão da possibilidade de cobrança nas questões da jurisprudência aplicada aos Tribunais de Contas.

Resposta: procedente. Apesar de o teor do art. 53 da Lei Distrital nº 4.949/2012 estipular critérios de correção das provas e não necessariamente conteúdos, a serem explorados nas questões, o edital será retificado, passando esse subitem a ter a seguinte redação: **“15.35.1 Para fins de elaboração dos(as) itens/questões, poderão ser consideradas, ainda, as jurisprudências pacificadas do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, desde que publicada(s) até a data de divulgação do edital normativo desse concurso”**.

Sequencial: 15

Subitem: 12.3 A

Argumentação: Consta como título valendo 4 pontos o "Efetivo exercício, por mais de dez anos, de cargo da Carreira de Controle Externo de Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal". Ocorre que isso cria uma distinção INDEVIDA aos atuais servidores do TCDF, violando a IMPESSOALIDADE. Ademais, o item 12.3 B já traz a valoração para esse item, criando um "bis in idem". Pelo mesmo fato o candidato teria DUAS PONTUAÇÕES. Deve ser retirado do Edital o item 12.3 A, pelas razões invocadas.

Resposta: improcedente. A distribuição da pontuação no quadro de avaliação de títulos encontra-se, desde que respeite os ditames legais, dentro da margem de discricionariedade da administração pública em definir os critérios de seleção e classificação e tem como objetivo selecionar os perfis considerados por ela mais adequados para o cargo público a ser ocupado. Cabe esclarecer, ainda, que a alínea A do item 12.3 do edital tem fundamento legal no art. 74, §2º da Lei Complementar Distrital nº 01/1994, sendo que esse item possui inclusive a mesma valoração para as atividades previstas na alínea B do item 12.3 do edital, por se tratar de atividades simétricas. Por essa razão, não cabe o questionamento de que eventual titulação tenha sido mais valorada que outras. Ademais o subitem 12.11.11 é expresso ao prever que cada título será considerado uma única vez. Sendo assim, não haverá o *bis in idem* levantado pelo impugnante.

Sequencial: 16

Subitem: 12.3

Argumentação: PREZADA Comissão do Concurso, Sirvo-me da presente para impugnar o item 12.3, Letra B do Edital do EDITAL Nº 1 TCDF AUDITOR, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020. A referida Letra B, considera título somente o tempo prestado nas corporações previstas no art. 144 da CF, que são forças auxiliares deixando de fora, sem nenhuma razão plausível, os integrantes das forças armadas previstas no art. 142 da CF. Desse modo, consubstanciado nas parênteses: Ubi eadem ratio ibi idem jus (onde houver o mesmo fundamento haverá o mesmo direito) e Ubi eadem legis ratio ibi eadem dispositio (onde há a mesma razão de ser, deve prevalecer a mesma razão de decidir). AI 835442 / RJ. Portanto, ausente quaisquer supedâneos para a referida discriminação, entende o impugnante que no referido item deve contemplar tanto os integrantes das corporações do art. 142 quanto os integrantes das corporações do art. 144, ambos da CF. Nestes termos, pede deferimento.

Resposta: improcedente. Inicialmente, é importante elucidar que a definição das carreiras eventualmente contempladas com atribuição de pontos na avaliação de títulos encontra-se, desde que respeite os ditames legais, dentro da margem de discricionariedade da administração pública em definir os critérios de seleção e classificação em seus certames e tem como objetivo selecionar os perfis considerados por ela mais adequados para o cargo público a ser ocupado. Nesse sentido, cabe esclarecer que as atividades previstas nas letras “a”, “b”, “c”, “d”, e, “e” da alínea B do item 12.3 do Edital guardam simetria e correspondência com as atribuições do cargo de Auditor (Conselheiro-Substituto). Entretanto, informa-se que será excluída a letra “f” da alínea B do item 12.3 do Edital, em face da reduzida equivalência entre as atribuições do cargo a ser provido por meio deste certame e as carreiras de segurança pública, elencadas no art. 144 da Constituição Federal.

Sequencial: 17

Subitem: 6.2.3

Argumentação: O item 6.2.3. do Edital, que trata da 3ª possibilidade de isenção total, ao limitar o benefício aos candidatos que prestaram serviço à Justiça Eleitoral do Distrito Federal viola frontalmente o inciso III do art. 19 da Constituição Federal que veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si. Assim, por estar patentemente eivada de inconstitucionalidade material, a Lei Distrital nº 5.818/2017 suscitada pelo Edital deve ser sua aplicação afastada para que o benefício da isenção total seja estendido aos candidatos que prestaram serviços como mesários em qualquer ente federativo, e não apenas no Distrito Federal. Vale destacar, inclusive, que o Edital nº 1 TCDF para o cargo Auditor de Controle Externo, de 13 de fevereiro de 2020, na alínea c de seu item 6.2, tratou genericamente da prestação de serviço à Justiça Eleitoral, sem que sua redação fizesse qualquer restrição de ordem territorial.

Resposta: improcedente. O edital segue estritamente o disposto na Lei Distrital nº 5.818/2017.

Sequencial: 18

Subitem: 12.3.B

Argumentação: Ilustríssima Banca Examinadora do Concurso Peço a devida vênias para impugnar a ausência do Efetivo Exercício dos cargos inerentes às Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário, tal como o de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário, como critério de pontuação no quadro de títulos presentes no item 12.3. alíneas "A" ou "B", do Edital n.º 1 -TCDF- Auditor, de 18 de Novembro de 2020. O Exercício destes cargos propiciam experiência profissional de forma análoga aos cargos de fiscalização, de auxiliares dos Tribunais de Contas (sem referir se é ensino fundamental, médio ou superior) e aos cargos inerentes à Segurança Pública (policiais) presentes no Artigo 144 da CF/1988. Assim, solicito a inclusão do exercício de cargos e funções inerentes às Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário como critério de pontuação no barema da prova de títulos de forma equivalente aos cargos relacionados neste pedido. Respeitosamente,

Resposta: improcedente. A definição das carreiras eventualmente contempladas com atribuição de pontos na avaliação de títulos encontra-se, desde que respeite os ditames legais, dentro da margem de discricionariedade da administração pública em definir os critérios de seleção e classificação em seus certames e tem como objetivo selecionar os perfis considerados por ela mais adequados para o cargo público a ser ocupado. Por essa razão, não cabe o questionamento de que eventual carreira tenha ou não tenha sido contemplada. É importante esclarecer, ainda, que a letra “f” da alínea B do item 12.3 do Edital será excluída, em face da reduzida equivalência entre as atribuições do cargo a ser provido por meio deste certame e as carreiras de segurança pública, elencadas no art. 144 da Constituição Federal.

Sequencial: 19

Subitem: item 12.11.1

Argumentação: A redação do item dá a entender que só será possível enviar uma única imagem legível de declaração ou certidão de tempo de serviço. Assim, caso o candidato possua mais de uma certidão que complete o período indicado nas alíneas A e B dos itens 12.3, não será possível. Dessa forma, solicitamos que a redação desse item seja alterada para a seguinte: 12.11.1 Para receber a pontuação relativa aos títulos relacionados nas alíneas A e B do quadro de títulos, o candidato deverá apresentar imagem(ns) legível(is) de declaração(ões)/certidão(ões) de tempo de serviço que informe(m) o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado, com a descrição das atividades desenvolvidas, se realizado na área pública. Nesses termos, peço deferimento.

Resposta: improcedente. O sistema de upload de títulos será programado de forma que seja possível ao candidato enviar quantas imagens sejam necessárias para comprovação que deseja realizar.

Sequencial: 20

Subitem: item 12.3 Alínea H

Argumentação: O item prevê que será contabilizado com título Publicação de livro de reconhecido valor científico. Contudo, é possível observar que a exigência de reconhecido valor científico é um requisito extremamente discricionário e aberto à pessoalidade por parte da banca examinadora. Não há um conceito objetivo válido para definir o que é reconhecido valor científico ou não, ficando ao critério do examinador decidir essa situação. Dessa forma, a exigência de reconhecido valor científico para que o título seja contabilizado é uma violação ao princípio da impessoalidade, bem como da moralidade, previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal, bem como do art. 19 da Lei Orgânica do DF. Portanto, requeremos que seja suprimida a expressão de reconhecido valor científico dessa alínea. Nesses termos, peço deferimento.

Resposta: improcedente. Há critérios objetivos para a definição de valor científico, razão pela qual não há que se falar que esse conceito é discricionário. A banca avaliadora examinará a documentação com base em critérios objetivos para definição desse valor, especialmente considerando aspectos à relevância dos assuntos tratados nas obras.

Sequencial: 21

Subitem: item 12.3 Alíneas D, E, F, G

Argumentação: Em relação às alíneas supracitadas, no que tange à área de Administração, se faz necessário indicar, de forma explícita, que, nessa área, está sendo englobada a área de Administração Pública, considerando: - que, de acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal, no seu art. 82, § 1º, inciso III, um dos requisitos para se tornar Conselheiro do TCDF é possuir notáveis conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ou seja, não se exige necessariamente diploma de Bacharel em Administração, para exercício do cargo; - a existência de cursos de mestrado profissionais e especializações na área de Administração Pública ou de Gestão Pública, ministrados em Instituições de Ensino Superior Públicas, inclusive pelo TCU e pelo Próprio TCDF, que são igualmente válidos como pós-graduação quando em comparação com um mestrado acadêmico ou uma especialização em Administração; - a existência de cursos de Tecnólogo em Administração Pública ou em Gestão Pública, ministrados em Instituições de Ensino Superior Públicas, bem como de outras formações afetas a área de Administração Pública, que são cursos de nível superior de forma idêntica a um Bacharelado em Administração; - a existência de diversos livros tratando sobre Administração Pública ou Gestão Pública. Embora a definição dos critérios para pontuação de títulos se englobe no mérito administrativo, devemos ressaltar que o TCDF não pode fazer discriminação dos formandos que não sejam necessariamente bacharéis em Administração, por conta do disposto no art. 48 da Lei Federal nº 9.394/1996: Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade

nacional como prova da formação recebida por seu titular. Assim, se o formando possui os conhecimentos em Administração Pública, ainda que não seja bacharel em Administração, o TCDF não pode se valer disso para desconsiderar a pontuação ferindo o princípio da impessoalidade. Dessa forma, requeremos que, nas alíneas D, E, F, G e H, os seguintes trechos na área de Administração na área de Direito, Economia, Administração ou Ciências Contábeis, sejam reescritos para na área de Administração na área de Direito, Economia, Administração, Administração Pública ou Ciências Contábeis. Nesses termos, peço deferimento.

Resposta: improcedente. Não se faz necessária a explicitação solicitada, uma vez que a Administração Pública é um ramo da Administração.

Sequencial: 22

Subitem: item 12.3 Alínea B

Argumentação: Em relação à alínea B, consta a seguinte descrição da pontuação das provas de títulos: Efetivo exercício, por mais de dez anos, dos cargos integrantes das seguintes carreiras: a) de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais de Contas de Estados e Municípios, bem como dos cargos de Auditor (Conselheiro-Substituto) e do Ministério Público desses Tribunais; b) de fiscalização; c) da magistratura; d) do Ministério Público; e) da Advocacia Pública; f) dos órgãos a que se refere o artigo 144 da Constituição Federal. Valor de cada título: 4,00 pontos, Valor máximo dos títulos: 4,00 pontos. Faço os seguintes questionamentos: - Para a pontuação desse item, exige-se o exercício efetivo em cargos integrantes das carreiras listadas em seguida. Todavia, existem carreiras que não possuem cargo efetivo de fiscalização, mas que exercem, na prática, funções dessas carreiras a seguir listadas. Por exemplo, na Câmara dos Deputados, que possui Secretaria de Controle Interno, não há um cargo específico para os analistas que trabalham lá com as funções de auditoria e de controle interno. No Senado Federal, a situação se repete no âmbito da Auditoria do Senado Federal (órgão de controle interno). Dessa forma, os servidores que desempenham função de auditoria e fiscalização nesses órgãos não terão as suas pontuações contadas. Em contrapartida, um militar das Forças Armadas que tenha 10 anos de caserna executando apenas funções estritamente operacionais terá a sua pontuação considerada. Essa situação não coaduna com o intuito desse item do edital, que seria o de selecionar servidores com experiência nas funções necessárias para o cargo de Conselheiro Substituto do TCDF. - Depreende-se da redação dessa alínea que somente será pontuado o título no caso do exercício em apenas um dos cargos por mais de 10 anos. Isso não permite que o servidor que tenha completado o lapso de 10 anos no exercício dos cargos listados, ainda que em cargos diferentes, seja contabilizado. - Ao contrário do que aconteceu na alínea c, em que o tempo foi concedido de maneira proporcional ao tempo de exercício nos cargos, apenas será considerado o título se o exercício for superior aos 10 anos. Um servidor que possua 9 anos, 11 meses e 29 dias de exercício no cargo não terá a sua pontuação considerada, ainda que possua mais de 10 anos como servidor público. Assim, para fazer jus aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o ideal seria que a pontuação fosse contabilizada por cada ano de exercício nos cargos listados ou em órgão de fiscalização ou de controle interno. - Nos cargos listados, o item b) de fiscalização não deixa explícito se está ou não englobado as carreiras de controle interno de quaisquer dos poderes. Dessa forma, a redação deve deixar explícito essa possibilidade, escrevendo-se de fiscalização ou controle interno. - Nos cargos listados, não foram incluídas outras carreiras com funções semelhantes às de advocacia, como a dos cargos efetivos de consultoria e assessoramento no âmbito do Poder Legislativo, o que representa uma quebra da isonomia, em função da semelhança entre as funções, que envolve a elaboração de leis e demais normas jurídicas, de pareceres, e outras atividades que envolvam relevantes conhecimentos jurídicos, de economia e de administração pública. Embora a definição dos critérios para pontuação de títulos se englobe no mérito administrativo, devemos ressaltar que a Administração Pública não pode se valer desse mérito para ferir o princípio da impessoalidade, com objetivo de criar um benefício exclusivo

a uma quantidade reduzida de carreiras, bem como ferir o princípio da eficiência, ao deixar de considerar o exercício efetivo do candidato nos órgãos de controle interno, que exercem de fato funções de fiscalização e de controle, ainda que não possuam carreira própria. Considerando todos esses questionamentos, requeremos que, nessa alínea, a redação seja alterada da seguinte forma: Efetivo exercício em órgãos de fiscalização e controle interno ou externo de quaisquer dos poderes, ou um ou mais cargos integrantes das seguintes carreiras, cuja soma do tempo seja superior a um ano: [...] a) de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais de Contas de Estados e Municípios, bem como dos cargos de Auditor (Conselheiro-Substituto) e do Ministério Público desses Tribunais; b) de fiscalização ou controle interno; c) da magistratura; d) do Ministério Público; e) da Advocacia Pública; f) dos órgãos a que se refere o artigo 144 da Constituição Federal; g) de Consultoria e Assessoramento, no âmbito do Poder Legislativo. - Valor de cada título: 0,40 pontos, Valor máximo dos títulos: 4,00 pontos. Alternativamente, caso seja mantida a necessidade de exercício superior a 10 anos na alínea B para pontuação total, requeremos que seja alterada para a seguinte redação: Efetivo exercício em órgãos de fiscalização e controle interno ou externo de quaisquer dos poderes, ou em um ou mais cargos integrantes das seguintes carreiras, cuja soma de tempo seja superior a 10 (dez) anos: [...] a) de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais de Contas de Estados e Municípios, bem como dos cargos de Auditor (Conselheiro-Substituto) e do Ministério Público desses Tribunais; b) de fiscalização ou controle interno; c) da magistratura; d) do Ministério Público; e) da Advocacia Pública; f) dos órgãos a que se refere o artigo 144 da Constituição Federal; g) de Consultoria e Assessoramento no âmbito do Poder Legislativo. - Valor de cada título: 4,00 pontos, Valor máximo dos títulos: 4,00 pontos. Nesses termos, peço deferimento.

Resposta: Parcialmente procedente. A definição das carreiras eventualmente contempladas com atribuição de pontos na avaliação de títulos encontra-se, desde que respeite os ditames legais, dentro da margem de discricionariedade da administração pública em definir os critérios de seleção e classificação em seus certames e tem como objetivo selecionar os perfis considerados por ela mais adequados para o cargo público a ser ocupado. Por essa razão, não cabe o questionamento de que eventual carreira tenha ou não tenha sido contemplada. Cabe ressaltar, ainda, que a exigência de lapso temporal para obtenção dos pontos previstos na alínea A do item 12.3 do edital tem fundamento legal no art. 74, §2º da Lei Complementar Distrital nº 01/1994, sendo que para alínea B desse item foi estipulada a mesma gradação por se tratar de atividades simétricas. Contudo, a presente impugnação é parcialmente procedente para tornar explícita que na letra “b” da alínea “B” do item 12.3 enquadram-se as carreiras de auditoria e controle interno em razão da correspondência com as atribuições do cargo de Auditor (Conselheiro-Substituto), nesse sentido a redação da mencionada letra será modificada para: **“b) de fiscalização, auditoria e/ou controle interno”**. Ressalte-se que por força do disposto no art. 74, § 2º da Lei Complementar Distrital nº 01/1994 não possível a permissão de somatório de tempos para alínea A do item 12.3 do Edital. Entretanto, por não existir disposição legal em sentido contrário, e à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, cabe esclarecer que será explicitada a permissão de soma dos tempos exercidos nos cargos constantes das letras da alínea B do item 12.3 do Edital, inserindo-se no edital o seguinte item: **“12.11.3.1 Para comprovação do disposto na alínea “B” do item 12.3 do Edital será permitido a soma dos tempos exercidos nos cargos constantes das letras dessa alínea, desprezando-se a parte fracionária após o resultado do somatório”**. É importante esclarecer, ainda, que a letra “f” da alínea B do item 12.3 do Edital será excluída, em face da reduzida equivalência entre as atribuições do cargo a ser provido por meio deste certame e as carreiras de segurança pública, elencadas no art. 144 da Constituição Federal.

Sequencial: 23

Subitem: 12.11.1

Argumentação: O item 12.11.1 do Edital não explica se há a possibilidade - ou não - de somar tempos de efetivo exercício de cargos diversos para completar o tempo mínimo de 10 anos. Exemplo: 5 anos de magistratura e 5 anos de advocacia pública, no total de 10 anos. Solicito sanar a omissão para permitir - ou não - o somatório de tempo em cada cargo, ou delimitar como consta na alínea A da tabela do item 12.3, o tempo em cargos separados.

Resposta: procedente. Ressalte-se que por força do disposto no art. 74, § 2º da Lei Complementar Distrital nº 01/1994 não possível a permissão de somatório de tempos para alínea A do item 12.3 do Edital. Entretanto, por não existir disposição legal em sentido contrário, e à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, cabe esclarecer que será explicitada a permissão de soma dos tempos exercidos nos cargos constantes das letras da alínea B do item 12.3 do Edital, inserindo-se no edital o seguinte item: **“12.11.3.1 Para comprovação do disposto na alínea “B” do item 12.3 do Edital será permitido a soma dos tempos exercidos nos cargos constantes das letras dessa alínea, desprezando-se a parte fracionária após o resultado do somatório”.**

Sequencial: 24

Subitem: 12.3

Argumentação: Venho respeitosamente requerer os 4 itens a seguir: 1) Para receber a pontuação relativa aos títulos relacionados na alínea B do quadro de títulos é exigido efetivo exercício por mais de 10 anos dos cargos previstos nessa alínea para que o candidato atinja 4 pontos. Se o candidato não tiver os 10 anos completos, sua pontuação nesse caso é zero. Cria-se uma graduação injusta entre um candidato que teria 10 anos e 1 dia (10 pontos) e outro que teria 9 anos e 11 meses (zero pontos) em algum daqueles cargos. O mais justo e razoável seria a previsão de pontuação proporcional por ano de efetivo exercício, sendo 0,4 ponto por ano completo, até perfazer o máximo de 4 pontos para 10 anos. Essa justiça foi aplicada por exemplo na alínea C, sendo 0,3 ponto por ano de magistério. Sendo assim, solicito a alteração do edital para que a pontuação prevista na alínea B seja proporcional aos anos completos de exercício nos cargos dessa alínea. 2) Referindo-se novamente ao item 12.3, alínea B, há previsão de pontuação para efetivo exercício dos cargos integrantes das carreiras dos órgãos a que se refere o artigo 144 da Constituição Federal, ou seja, as polícias de segurança pública. A previsão justa e isonômica seria que fosse incluído nessa alínea o exercício de cargo/posto para militares das forças armadas, ou pelo menos para militares do Exército. Conforme previsão no próprio artigo 144, as polícias de segurança pública são forças auxiliares e reserva do Exército. Além disso, as forças armadas também são empregadas na segurança pública para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (art 144, caput, CF), por meio do exercício da garantia da lei e da ordem (art 142, caput, CF). É certo que os militares das forças armadas também administram e gerenciam recursos públicos, com toda a prestação de contas e responsabilização. Assim, conforme previsão constitucional dos papéis desempenhados pelas polícias de segurança e militares das forças armadas, se sobrepondo e se complementando, solicito que seja dado tratamento isonômico nesse item do edital a fim de incluir os militares das forças armadas na pontuação de títulos. 3) Referindo-se mais uma vez ao item 12.3, alínea B, há previsão de pontuação para efetivo exercício dos cargos integrantes das carreiras de controle externo dos tribunais de contas, havendo ausência de previsão em relação às carreiras de controle interno. Solicito que se faça incluir também o exercício nos órgãos de controle interno, a exemplo da CGU e outras controladorias estaduais e municipais, uma vez que controle externo e interno são atividades intrinsecamente relacionadas e ambas realizam a fiscalização dos recursos públicos. 4) Por fim, a alínea B do item 12.3 deveria fazer constar que os 10 anos completos podem ser obtidos pela somatória dos anos exercidos nos cargos, possibilitando, por exemplo, que os 10 anos sejam atingidos com 5 anos de exercício em um cargo e mais 5 anos em outro cargo, entre aqueles cargos previstos na alínea B. Da forma como está prevista, pode gerar a insegurança de interpretação se os 10 anos de exercício deve ser somente em

um dos cargos. Assim, o candidato que tem 8 anos em um cargo e mais 3 anos em outro, pode ficar em dúvida se atingiu os 10 anos solicitados. Solicito, então, a complementação ou retificação desse item/alínea do edital. Respeitosamente.

Resposta: parcialmente procedente. A definição das carreiras eventualmente contempladas com atribuição de pontos na avaliação de títulos encontra-se, desde que respeite os ditames legais, dentro da margem de discricionariedade da administração pública em definir os critérios de seleção e classificação em seus certames e tem como objetivo selecionar os perfis considerados por ela mais adequados para o cargo público a ser ocupado. Cabe ressaltar, ainda, que a exigência de lapso temporal para obtenção dos pontos previstos na alínea A do item 12.3 do edital tem fundamento legal no art. 74, §2º da Lei Complementar Distrital nº 01/1994, sendo que para alínea B desse item foi estipulada a mesma gradação por se tratar de atividades simétricas. Contudo, a presente impugnação é parcialmente procedente para tornar explícita que na letra “b” da alínea “B” do item 12.3 enquadram-se as carreiras de auditoria e controle interno em razão da correspondência com as atribuições do cargo de Auditor (Conselheiro-Substituto), nesse sentido a redação da mencionada letra será modificada para: **“b) de fiscalização, auditoria e/ou controle interno”**. Ressalte-se que por força do disposto no art. 74, § 2º da Lei Complementar Distrital nº 01/1994 não possível a permissão de somatório de tempos para alínea A do item 12.3 do Edital. Entretanto, por não existir disposição legal em sentido contrário, e à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, cabe esclarecer que será explicitada a permissão de soma dos tempos exercidos nos cargos constantes das letras da alínea B do item 12.3 do Edital, inserindo-se no edital o seguinte item: **“12.11.3.1 Para comprovação do disposto na alínea “B” do item 12.3 do Edital será permitido a soma dos tempos exercidos nos cargos constantes das letras dessa alínea, desprezando-se a parte fracionária após o resultado do somatório”**. É importante esclarecer, ainda, que a letra “f” da alínea B do item 12.3 do Edital será excluída, em face da reduzida equivalência entre as atribuições do cargo a ser provido por meio deste certame e as carreiras de segurança pública, elencadas no art. 144 da Constituição Federal.

Sequencial: 25

Subitem: 12.3

Argumentação: A alínea B do item 12.3 do Edital não contempla como título o exercício por mais de dez anos dos cargos constantes no art. 142 da Constituição Federal, em isonomia ao pontuado aos cargos do art. 144. Conforme o disposto no art. 5º, §1º, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, serão considerados tempo de exercício em cargo de natureza estritamente policial o tempo de atividade militar nas Forças Armadas. Do exposto, solicito-vos que seja incluída a pontuação referente ao efetivo exercício de cargo nas Forças Armadas por mais de dez anos, em isonomia ao disposto no item f, alínea B, do item 12.3 do Edital.

Resposta: improcedente. A definição das carreiras eventualmente contempladas com atribuição de pontos na avaliação de títulos encontra-se, desde que respeite os ditames legais, dentro da margem de discricionariedade da administração pública em definir os critérios de seleção e classificação em seus certames e tem como objetivo selecionar os perfis considerados por ela mais adequados para o cargo público a ser ocupado. Por essa razão, não cabe o questionamento de que eventual carreira tenha ou não tenha sido contemplada. É importante esclarecer, ainda, que a letra “f” da alínea B do item 12.3 do Edital será excluída, em face da reduzida equivalência entre as atribuições do cargo a ser provido por meio deste certame e as carreiras de segurança pública, elencadas no art. 144 da Constituição Federal.

Sequencial: 26

Subitem: 12.11.7

Argumentação: Conforme a Resolução CNE/CES 1/2018 do MEC (Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2018, Seção 1, p. 43), o trabalho de conclusão de curso não é mais exigido para cursos de pós-graduação lato sensu em nível de especialização. Assim, a exigência de "comprovação da apresentação e aprovação da monografia", como consta no item 12.11.7 do Edital, não está conforme a exigência da referida Resolução. Solicito-vos que seja excluída tal exigência do Edital para cursos de especialização concluídos em data posterior à da publicação da supracitada Resolução.

Resposta: improcedente. A banca examinadora analisará a documentação considerando estritamente as disposições do edital, que prevê expressamente a necessidade de comprovação da apresentação e aprovação da monografia para fins de pontuação.

Sequencial: 27

Subitem: 12.3

Argumentação: Senhor (a) Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público para o provimento de 01 (uma) vaga e formação de cadastro de reserva no cargo de Auditor (Conselheiro-Substituto) do Tribunal de Contas do Distrito Federal TCDF, regido pelo Edital Nº1, de 18 de Novembro de 2020. Considerando a tempestividade do período previsto para a propositura da respectiva impugnação editalícia, conforme previsão no item 1.5.1., permitindo a qualquer cidadão apresentar, fundamentadamente, razões de fato e de direito para abalizar os critérios determinados pela Comissão Organizadora e Colenda Instituição de Contas do Distrito Federal, como forma de aclarar possíveis omissões e permitir, de seu turno, a retificação/extensão dos aspectos valorativos na atribuição de pontuação final na classificação de títulos, solicita-se A INCLUSÃO do Art. 142 da Constituição Federal (CF) no item 12., subitem 12.3., alínea B, subalínea f) nas disposições acerca da atribuição de pontuação ao efetivo exercício por mais de 10 (dez) anos dos cargos integrantes das respectivas carreiras atinentes ao artigo 144 da CF, em virtude da relação umbilical de similaridade atinentes às atividades relacionadas a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e patrimônio exercida em cooperação e de forma subsidiária por ambas forças instituídas da República Federativa do Brasil, sob os preceitos do Art. 5º, inciso XIII; Art. 37, inciso II; Art. 142, caput e inciso II; Art. 144, caput e incisos; Lei 6.880, de 09 de Dezembro de 1980; Art. 2º, da Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999; Art. 15, caput e § 2º; Art.16-A, caput, incisos e parágrafo único, § 3º, § 4º; Decreto-Lei Nº 1.002, de 21 de Outubro de 1969; Resolução Normativa CFA Nº 547, 31 de outubro de 2018 (alterada pela RN 561, de 21 de fevereiro de 2019), os entendimentos vinculantes do Pretório Excelso por meio do MS Nº 31.176/DF e ARE Nº 654.432 com repercussão geral Tema Nº 541, pelos motivos que se passa a expor: A CF/88 ao inaugurar uma nova ordem jurídica compromissada pelos ensinamentos de Rui Barbosa, empregou a busca pela igualdade perante a Lei - rule of the law - no sentido de inexistir discriminações negativas pelo Estado em face do cidadão, assim como, visou a igualdade em seu aspecto material, ou seja, tratando os iguais sob um aspecto isonômico e impessoal e os desiguais na medida das suas desigualdades. Como forma de discriminação positiva para equalização dos interesses envolvidos, priorizou, há época, pelo acesso ao cidadão na participação da vida política e do acesso aos cargos públicos instaurando, por via lógica, o Estado Democrático de Direito ou pós-social. A submissão do estado as leis, a garantia plena dos direitos fundamentais, o acesso do cidadão na participação política, na condução dos planos de políticas públicas e respectivo controle, a transitoriedade e responsabilidade na gestão da coisa pública pelo administrador, alinha-se com o idealizado pelo Constituinte de 1988, possibilitando o efetivo exercício da cidadania e controle social, afastando qualquer forma de privilégios ou interesses escusos na gestão da coisa pública e no ingresso de seus quadros. A CF/88 em seu artigo 5º, inciso XIII, dispõe ser livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendida as qualificações que a lei exigir, sendo facultando ao cidadão, nas funções e atividade exigidas, proceder à devida qualificação para o exercício regular da atividade desempenhada. À luz do preceito constitucional trazido pelo Artigo 142 da CF, as Forças Armadas (FA's),

constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da LEI e da ORDEM. Já o artigo 144 da CF, dispõe que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares; VI - polícias penais federal, estaduais e distrital. É evidente, a relação e similariedade de atribuições e funções das Forças Armadas e Forças Policiais. Sendo que, as polícias militares e o corpo de bombeiros militares são forças reservas e auxiliares das FA's, por disposição expressa da Constituição Federal (art. 144, § 6º), bem como por sua vez, as FA's são força reserva e auxiliar das polícias militares e o corpo de bombeiros militares por disposição expressa da Lei Complementar 97/99 (arts. 15, § 2º, 16 e 16-A) e implícita da Constituição (art. 142). Em situação de normalidade, cabe à Polícia Militar o exercício da polícia ostensiva e a preservação da ordem pública e ao Corpo de Bombeiros Militar a execução de atividades de defesa civil, além de outras atribuições definidas em lei. Em situações excepcionais as FA's poderão executar atividades relacionadas à polícia ostensiva e à preservação da ordem pública, bem como executar atividades de defesa civil. Lado outro, cabe as FA's a defesa da Pátria e em situações excepcionalíssimas, as polícias militares e corpos de bombeiros militares poderão ser convocados para defesa da Pátria. Tem-se que, de acordo com a LC 97/99: Art. 15. O emprego das Forças Armadas na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, e na participação em operações de paz, é de responsabilidade do Presidente da República, que determinará ao Ministro de Estado da Defesa a ativação de órgãos operacionais, observada a seguinte forma de subordinação: § 2º A atuação das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal. Art. 16-A. Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de: (Incluído pela Lei Complementar nº 136, de 2010). I - patrulhamento; (Incluído pela Lei Complementar nº 136, de 2010) II - revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e (Incluído pela Lei Complementar nº 136, de 2010) III - prisões em flagrante delito. (Incluído pela Lei Complementar nº 136, de 2010). Parágrafo único. As Forças Armadas, ao zelar pela segurança pessoal das autoridades nacionais e estrangeiras em missões oficiais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, poderão exercer as ações previstas nos incisos II e III deste artigo. (Incluído pela Lei Complementar nº 136, de 2010). § 3º Consideram-se esgotados os instrumentos relacionados no art. 144 da Constituição Federal quando, em determinado momento, forem eles formalmente reconhecidos pelo respectivo Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual como indisponíveis, inexistentes ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional. (Incluído pela Lei Complementar nº 117, de 2004). § 4º Na hipótese de emprego nas condições previstas no § 3º deste artigo, após mensagem do Presidente da República, serão ativados os órgãos operacionais das Forças Armadas, que desenvolverão, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, as ações de caráter preventivo e repressivo necessárias para assegurar o resultado das operações na garantia da lei e da ordem. Conforme entendimento do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Goiás, Rodrigo Foureaux, as FA's já foram empregadas por diversas vezes em Operações para a Garantia da Lei e da

Ordem. A garantia da lei e da ordem, conhecida mais como GLO, refere-se ao uso das Forças Armadas com o fim de se assegurar o cumprimento da lei, em situações extremas, de forma que ordenamento jurídico passe a ser respeitado. Em se tratando da ordem, refere-se à ordem interna, que engloba o conceito de ordem pública, o que autoriza o emprego das Forças Armadas, subsidiariamente, nas atividades de segurança pública. O Decreto de 28 de julho de 2017 dispôs no art. 1º que Fica autorizado o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem, em apoio às ações do Plano Nacional de Segurança Pública, no Estado do Rio de Janeiro, no período de 28 de julho a 31 de dezembro de 2017., sendo o Exército utilizado na Rocinha. O Decreto do Presidente da República de 17 de janeiro de 2017 autorizou o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem no sistema penitenciário brasileiro com o fim de se detectar armas, aparelhos de telefonia móvel, drogas e outros materiais ilícitos ou proibidos e dispôs que o emprego dependeria, em respeito ao princípio federativo, de anuência do Governador do Estado ou do Distrito Federal, bem como que seria realizado em articulação com as forças de segurança pública competentes e com o apoio de agentes penitenciários do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Cidadania (art. 2º, § 1º). O Decreto de 08 de agosto de 2016 ampliou e sistematizou as determinações presidenciais de emprego das Forças Armadas para Garantia da Lei e da Ordem nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Portanto, têm-se diversos exemplos de atuações das Forças Armadas de forma subsidiária e complementar às Forças de Segurança Pública para a garantia da Lei e da Ordem, o que deve ocorrer conforme previsão do art. 15 da Lei Complementar n. 97/99, com as alterações dadas pelas Leis Complementares nº117/04 e nº 136/10. Seguindo-se a linha de raciocínio de similaridade de funções, tanto o Estatuto dos Militares, regido pela Lei 6880/90, quanto o Código de Processo Penal Militar, atribuem as funções de Autoridade Policial Judiciária Militar aos Oficiais do quadro das Forças Armadas na apuração dos crimes militares e possível responsabilização de seus subordinados, bem como a lavratura da Prisão em flagrante, equiparando-se, à Polícia Judiciária Comum exercida em âmbito estadual pelas Polícias Cíveis e âmbito federal pela Polícia Federal, vide respectivos Delegados de Polícias. De igual modo, há vedação constitucional expressa a sindicalização e greve dos militares, art. 142, §3º, IV, CF, extensível às atividades policiais do art. 144 CF, em virtude do entendimento exarado pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário em Repercussão Geral em sede de repetitivos Tema 541. Observa-se a isonomia de tratamento, consagrada na impossibilidade do exercício de greve das atividades desempenhadas pelos agentes policiais e pelas forças armadas, na visão do Supremo Tribunal Federal. Pautou-se, a Egrégia Corte, principalmente, na consolidação do entendimento da essencialidade e similaridade de atribuições inerentes a ambas as forças, sendo indisponíveis sua continuidade para fiel manutenção e proteção do interesse da coletividade. Impedindo, portanto, que possíveis reivindicações das categorias, viessem impossibilitar a continuidade do serviços de proteção da sociedade e da ordem pública. Assim, equalizar restrições naquilo que lhes é similar e subvertê-las naquilo que lhes é isonômico, fere de modo nevrálgico a ISONOMIA E RAZOABILIDADE basilares da administração pública. Nas lições Carvalho Filho, O Concurso público se constitui como um procedimento administrativo, que tem por finalidade verificar as aptidões pessoais e selecionar os candidatos segundo critérios previamente definidos para o provimento de cargos e empregos públicos (CARVALHO FILHO, 2017). O ingresso no serviço público por meio de concursos públicos consiste em uma forma de concretização do princípio da moralidade e impessoalidade, de modo a se afastarem situações de apadrinhamento e favorecimentos pessoais. Não obstante, é pertinente e extremamente importante registrar que a Resolução do Conselho Federal de Administração nº 547 de 2018 (alterada pela RN 561, de 21 de fevereiro de 2019), confere aos egressos dos Cursos de Oficiais das Forças Armadas a titulação equivalente à ADMINISTRAÇÃO. O Oficial das Forças Armadas exerce atividades além das operativas, outras que são essencialmente administrativas (de ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA), que dependendo da Organização Militar e da seção que ele irá trabalhar, poderá vir a exercer atividades como: Licitações, contratos e convênios; administração e gestão de pessoal; seção de

pagamento de pessoal; tesouraria (setor financeiro); administração patrimonial; sistema de custos; gestão orçamentária; CONTROLE INTERNO; entre outras possibilidades. Ao analisar a Resolução 296, de 15 de Setembro de 2016, que aprova o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que estabelece em seu Art. 23. Os Conselheiros serão nomeados pelo Governador do Distrito Federal dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos: I - mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade; II - idoneidade moral e reputação ilibada; III - notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; IV - mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional, que exija os conhecimentos relacionados no inciso anterior. Seria razoável e plenamente cabível a satisfação dos requisitos do Art 23, incisos I, II, III e IV supra pelos oficiais das FA's, no exercício das atividades desempenhadas a par das respectivas atribuições como ADMINISTRADOR, na gestão de pessoas e do patrimônio público, realizando funções atinentes à área castrense (militar) e zelando pelo bem da sociedade e da coisa pública, bem como, satisfazendo os requisitos objetivos a fim de compor a Egrégia Corte de Contas. Diante do exposto, sintetizando a argumentação da impugnação ofertada, tendo em vista a complementariedade das funções inerentes aos Art. 142 e Art.144 da CF, bem como a fiel observância dos princípios constitucionais expressos e disposições normativas supramencionadas, pede-se: a RETIFICAÇÃO do Edital Nº1, de 18 de Novembro de 2020, para o cargo de Auditor (Conselheiro-Substituto) do Tribunal de Contas do Distrito Federal TCDF, no item 12, subitem 12.3., alínea B, subalínea f), passando a CONSTAR, além do salutar e prestigiado Art. 144, o Art. 142 da CF, de forma a atender de maneira isonômica e republicana os princípios consagrados pela ordem constitucional, para equiparar os critérios pré-estabelecidos pela Instituição e pela Comissão Organizadora do Concurso Público, de maneira a resguardar o adequado acesso igualitário, transparente, legítimo e probo no cargo público regido por este edital.

Resposta: improcedente. A definição das carreiras eventualmente contempladas com atribuição de pontos na avaliação de títulos encontra-se, desde que respeite os ditames legais, dentro da margem de discricionariedade da administração pública em definir os critérios de seleção e classificação em seus certames e tem como objetivo selecionar os perfis considerados por ela mais adequados para o cargo público a ser ocupado. Por essa razão, não cabe o questionamento de que eventual carreira tenha ou não tenha sido contemplada. É importante esclarecer, ainda, que a letra “f” da alínea B do item 12.3 do Edital será excluída, em face da reduzida equivalência entre as atribuições do cargo a ser provido por meio deste certame e as carreiras de segurança pública, elencadas no art. 144 da Constituição Federal.

Sequencial: 28

Subitem: 12.3

Argumentação: O item 12.3 (quadro) restringe a pontuação de duas formas: A- Não aceita contagem proporcional. Ora, uma pessoa pode ter 09 anos de exercício dos cargos ali mencionados e não pontuar os 04 pontos por não ter os 10 anos completos. No caso, não estamos falando de experiência de 10 anos (requisito constitucional e legal exigido para posse no cargo), mas de mera titulação para fins de pontuação. Desse modo, deve ser observado o princípio da proporcionalidade a fim de que a pontuação possa ser feita pelo tempo de atuação. Ex. para quem tiver um ano de exercício em tais cargos possa pontuar com 10% dos quatro pontos. Quem tiver 05 anos, pontuar com 50% dos 4 pontos, etc. Veja-se que a ideia inicial é permitir a contagem em anos, ainda que não ocorra a contagem de fração de ano: 12.11.3 Para efeito de pontuação das alíneas A, B e C do quadro de títulos, não será considerada fração de ano. Ademais, deve ser dada a possibilidade de somar o período dos diversos cargos e não necessariamente que os 10 anos tenha ocorrido na mesma função pública. B - Além disso, nota-se restrição indevida a determinados cargos públicos. É cediço que não foram contemplados no quadro A o exercício de funções como analistas de tribunais de justiça, analistas do poder executivo e legislativo, dentre outros cargos privativos de bacharéis em direito, contabilidade, etc. Ora, não há que se distinguir,

por exemplo, a pessoa que ocupa o cargo de advogado público daquela que exerceu funções como analista de Direito que também passou em concurso para cargo de igual formação (bacharelado em Direito). Nestes termos, peço deferimento do presente recurso com vistas a ampliar as hipóteses de cargos do quadro A, bem como para que seja aceita a pontuação proporcional, inclusive com soma de cargos diferenciados, ainda que não seja aceita a fração de ano que sobre desta soma.

Resposta: Parcialmente Procedente. As alíneas A e B são independentes. Sendo assim, para receber a pontuação correspondente, o candidato deverá cumprir o que está estabelecido em cada uma delas de forma isolada. Não é possível, portanto, fazer a combinação sugerida pelo candidato. Frise-se, ainda, que a exigência de lapso temporal para obtenção dos pontos previstos na alínea A do item 12.3 do edital tem fundamento legal no art. 74, §2º da Lei Complementar Distrital nº 01/1994, sendo que para alínea B desse item foi estipulada a mesma gradação por se tratar de atividades simétricas. Ressalte-se que por força do disposto no art. 74, § 2º da Lei Complementar Distrital nº 01/1994 não possível a permissão de somatório de tempos para alínea A do item 12.3 do Edital. Entretanto, por não existir disposição legal em sentido contrário, e à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, cabe esclarecer que será explicitada a permissão de soma dos tempos exercidos nos cargos constantes das letras da alínea B do item 12.3 do Edital, inserindo-se no edital o seguinte item: **“12.11.3.1 Para comprovação do disposto na alínea “B” do item 12.3 do Edital será permitido a soma dos tempos exercidos nos cargos constantes das letras dessa alínea, desprezando-se a parte fracionária após o resultado do somatório”.**

Sequencial: 29

Subitem: 3.15

Argumentação: O item 12.11.12 não trouxe esclarecimento quanto à comprovação de exercício de atividade para fins de titulação quando se tratar de profissional autônomo não vinculado a RPA. Indica-se que o edital traga permissivo para apresentação de declaração de autônomo, como o caso de advogado que tenha participado pelo menos 05 processos judiciais diferentes no ano.

Resposta: improcedente. O cargo não é privativo de advogado. Sendo assim, não é razoável criar regramento específico para essa categoria profissional, sob pena de se ferir o princípio da isonomia. Por oportuno, cumpre esclarecer que os advogados não estão impedidos de apresentar documentos para fins de pontuação na avaliação de títulos, devendo para isso apenas seguir as regras estabelecidas no edital de abertura para essa finalidade.

Sequencial: 30

Subitem: 12.11.12

Argumentação: O item 12.11.12 não trouxe esclarecimento quanto à comprovação de exercício de atividade para fins de titulação quando se tratar de profissional autônomo não vinculado a RPA. Indica-se que o edital traga permissivo para apresentação de declaração de autônomo, como o caso de advogado que tenha participado pelo menos 05 processos judiciais diferentes no ano.

Resposta: improcedente. O cargo não é privativo de advogado. Sendo assim, não é razoável criar regramento específico para essa categoria profissional, sob pena de se ferir o princípio da isonomia. Por oportuno, cumpre esclarecer que os advogados não estão impedidos de apresentar documentos para fins de pontuação na avaliação de títulos, devendo para isso apenas seguir as regras estabelecidas no edital de abertura para essa finalidade.

Sequencial: 31

Subitem: 12.3 A e B

Argumentação: Venho respeitosamente perante a douta comissão impugnar o item 12.3 B e 12.3 A A Efetivo exercício, por mais de dez anos, de cargo da Carreira de Controle Externo de Quadro de Pessoal

dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal. B Efetivo exercício, por mais de dez anos, dos cargos integrantes das seguintes carreiras: a) de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais de Contas de Estados e Municípios, bem como dos cargos de Auditor (Conselheiro-Substituto) e do Ministério Público desses Tribunais; b) de fiscalização; c) da magistratura; d) do Ministério Público; e) da Advocacia Pública; f) dos órgãos a que se refere o artigo 144 da Constituição Federal. Doutra banca, tais cláusulas afrontam os princípios da isonomia e também julgados dos tribunais superiores. É o que se extrai da análise dos seguintes julgados: EMENTA: CONSTITUCIONAL. CONCURSO PÚBLICO. REGULAMENTO nº 7/2004, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, INCISOS I E II DO ART. 31. PROVA DE TÍTULOS: EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS. I. - Viola o princípio constitucional da isonomia norma que estabelece como título o mero exercício de função pública. II. - ADI julgada procedente, em parte. (ADI 3443, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, Tribunal Pleno, julgado em 08/09/2005, DJ 23-09-2005 PP-00006 EMENT VOL-02206-1 PP-00200 LEXSTF v. 27, n. 322, 2005, p. 75-81) EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS. PREVISÃO DE PONTUAÇÃO AOS SERVIDORES NÃO ESTÁVEIS, BEM COMO A APROVAÇÃO EM QUALQUER CONCURSO PÚBLICO, SEM DIFERENCIAÇÃO DE NÍVEL DE GRADUAÇÃO, DESIGUALA OS CONCORRENTES, EM OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE, AO NÃO TRAZER O NOME DOS CANDIDATOS E OS RESPECTIVOS NÚMEROS DE INSCRIÇÃO. "FUMUS BONI IURIS" E "PERICULUM IN MORA" CONFIGURADOS. SUSPENSÃO DE ITENS DO EDITAL. LIMINAR DEFERIDA. (ADI 2206 MC, Relator(a): Min. NELSON JOBIM, Tribunal Pleno, julgado em 08/11/2000, DJ 01-08-2003 PP-00100 EMENT VOL-02117-33 PP-06964) EMENTA: CONSTITUCIONAL. CONCURSO PÚBLICO. REGULAMENTO nº 7/2004, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, INCISOS I E II DO ART. 31. PROVA DE TÍTULOS: EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS. I. - Viola o princípio constitucional da isonomia norma que estabelece como título o mero exercício de função pública. II. - ADI julgada procedente, em parte. (ADI 3443, Rel. Min. Carlos Velloso, Julgamento do Pleno em 8/9/2005, DJ de 23/9/2005) (Grifo acrescido). Por fim, mas não menos importante a ADI ADI nº 3.580/MG em que foi questionada a constitucionalidade dos incisos I e II, parte final, do art. 17 da Lei nº 12.919/1998 MG Art. 17 O candidato não eliminado nas provas de conhecimento poderá apresentar títulos, considerando-se como tais os seguintes: I tempo de serviço prestado como titular, interino, substituto ou escrevente em serviço notarial ou de registro; II trabalhos jurídicos publicados, de autoria única, e apresentação de temas em congressos relacionados com os serviços notariais e registrais; (Grifos acrescidos) Note-se que o STF considerou as cláusulas inconstitucionais por privilegiarem atividades específicas relacionadas às atividades notarial e de registro, afrontando a isonomia Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Art. 17, I e II, da Lei 12.919, de 29 de junho de 1998, do Estado de Minas Gerais. 3. Concurso Público de Ingresso e Remoção nos Serviços Notariais e de Registro. Apresentação dos seguintes títulos: a) tempo de serviço prestado como titular, interino, substituto ou escrevente em serviço notarial e de registro (art. 17, I); b) apresentação de temas em congressos relacionados com os serviços notariais e registrais (art. 17, II). 4. Violação ao princípio constitucional da isonomia. Atividades específicas relacionadas às atividades notarial e de registro. Precedentes. 5. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. 6. Modulação de efeitos da declaração de inconstitucionalidade. Efeito ex nunc, a partir de 8.2.2006, data da concessão da cautelar. (ADI 3580, Rel. Min. Gilmar Mendes, Julgamento do Pleno em 20/5/2015, DJ de 3/8/2015) Dessa forma, doutra banca, venho impugnar o presente item 12.3 A e 12.3 B, para que sejam excluídas sob risco de afrontar entendimento dos tribunais superiores. Certo do deferimento Respeitosamente

Resposta: improcedente. Cabe informar que a alínea A do item 12.3 do edital tem fundamento legal no art. 74, §2º da Lei Complementar Distrital nº 01/1994, e à luz do princípio da isonomia, a alínea B desse item foi prevista com a mesma gradação por se tratar de atividades simétricas. Além disso, a definição das carreiras eventualmente contempladas com atribuição de pontos na avaliação de títulos encontra-se, desde que respeite os ditames legais, dentro da margem de discricionariedade da administração pública

em definir os critérios de seleção e classificação em seus certames e tem como objetivo selecionar os perfis considerados por ela mais adequados para o cargo público a ser ocupado. Frise-se, ainda, que a exigência de lapso temporal para obtenção dos pontos previstos na alínea A do item 12.3 do edital tem fundamento legal no art. 74, §2º da Lei Complementar Distrital nº 01/1994, sendo que para alínea B desse item foi estipulada a mesma gradação por se tratar de atividades simétricas. Por essa razão, não cabe o questionamento de que eventual carreira tenha ou não tenha sido contemplada. É importante esclarecer, ainda, que a letra “f” da alínea B do item 12.3 do Edital será excluída, em face da reduzida equivalência entre as atribuições do cargo a ser provido por meio deste certame e as carreiras de segurança pública, elencadas no art. 144 da Constituição Federal.

Sequencial: 32

Subitem: 12.3 B

Argumentação: Venho respeitosamente perante a douta comissão impugnar o item 12.3 B Efetivo exercício, por mais de dez anos, dos cargos integrantes das seguintes carreiras: a) de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais de Contas de Estados e Municípios, bem como dos cargos de Auditor (Conselheiro-Substituto) e do Ministério Público desses Tribunais; b) de fiscalização; c) da magistratura; d) do Ministério Público; e) da Advocacia Pública; f) dos órgãos a que se refere o artigo 144 da Constituição Federal. Ocorre que o presente item afronta os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, isonomia e também o posicionamento dos tribunais superiores. O presente item, valere em 4 pontos os 10 anos de exercício. Porém não por ano efetivo de exercício. Dessa forma um servidor que trabalhou por 7,8 ou 9 anos obtém ZERO ponto de título. Ora, douta banca, a simples leitura, mostra afronta ao princípio da razoabilidade. Adicionalmente, douta banca, a alínea f dispõe que: f) dos órgãos a que se refere o artigo 144 da Constituição Federal serão pontuados com 4 pontos caso tenham 10 anos de efetivo exercício. Douta banca, qual a motivação para que profissionais da segurança pública, em que pese a nobreza da área, obtenham titulação para um cargo eminentemente da área de controle? O simples função de cargos públicos não deveria ser considerado para titulação. Nessa linha: EMENTA: CONSTITUCIONAL. CONCURSO PÚBLICO. REGULAMENTO nº 7/2004, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, INCISOS I E II DO ART. 31. PROVA DE TÍTULOS: EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS. I. - Viola o princípio constitucional da isonomia norma que estabelece como título o mero exercício de função pública. II. - ADI julgada procedente, em parte. (ADI 3443, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, Tribunal Pleno, julgado em 08/09/2005, DJ 23-09-2005 PP-00006 EMENT VOL-02206-1 PP-00200 LEXSTF v. 27, n. 322, 2005, p. 75-81) – Veja, douta banca, a situação que pode-se vislumbrar: conforme a literalidade da cláusula ora objeto de impugnação, um servidor da segurança pública poderia, em que pese não ter curso superior, ter pontuação considerada para o presente certame. Douta banca, a não correção, levaria a um risco para a Administração Pública pois a presente cláusula afronta jurisprudência de tribunal superior EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS. PREVISÃO DE PONTUAÇÃO AOS SERVIDORES NÃO ESTÁVEIS, BEM COMO A APROVAÇÃO EM QUALQUER CONCURSO PÚBLICO, SEM DIFERENCIAÇÃO DE NÍVEL DE GRADUAÇÃO, DESIGUALA OS CONCORRENTES, EM OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE, AO NÃO TRAZER O NOME DOS CANDIDATOS E OS RESPECTIVOS NÚMEROS DE INSCRIÇÃO. "FUMUS BONI IURIS" E "PERICULUM IN MORA" CONFIGURADOS. SUSPENSÃO DE ITENS DO EDITAL. LIMINAR DEFERIDA. (ADI 2206 MC, Relator(a): Min. NELSON JOBIM, Tribunal Pleno, julgado em 08/11/2000, DJ 01-08-2003 PP-00100 EMENT VOL-02117-33 PP-06964) EMENTA: CONSTITUCIONAL. CONCURSO PÚBLICO. REGULAMENTO nº 7/2004, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, INCISOS I E II DO ART. 31. PROVA DE TÍTULOS: EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS. I. - Viola o princípio constitucional da isonomia norma que estabelece como título o

mero exercício de função pública. II. - ADI julgada procedente, em parte. (ADI 3443, Rel. Min. Carlos Velloso, Julgamento do Pleno em 8/9/2005, DJ de 23/9/2005) (Grifo acrescido). Dessa forma, doutra banca, venho impugnar o presente item 12.3 B, para que seja revista a pontuação, de forma a torna-la mais proporcional, considerando cada ano de efetivo exercício. Que seja retirada a alínea f que considera funções do art. 144 da constituição Federal como funções cujo exercício pontuaria na avaliação de títulos e que seja incluída no seu lugar funções de controle, como controle interno, que são funções umbilicalmente ligada ao controle externo. Certo do deferimento Respeitosamente

Resposta: parcialmente procedente. Frise-se que a exigência de lapso temporal para obtenção dos pontos previstos na alínea A do item 12.3 do edital tem fundamento legal no art. 74, §2º da Lei Complementar Distrital nº 01/1994, sendo que para alínea B desse item foi estipulada a mesma gradação por se tratar de atividades simétricas. Além disso, a definição das carreiras eventualmente contempladas com atribuição de pontos na avaliação de títulos encontra-se, desde que respeite os ditames legais, dentro da margem de discricionariedade da administração pública em definir os critérios de seleção e classificação em seus certames e tem como objetivo selecionar os perfis considerados por ela mais adequados para o cargo público a ser ocupado. Por essa razão, não cabe o questionamento de que eventual carreira tenha ou não tenha sido contemplada. Contudo, a presente impugnação é parcialmente procedente para tornar explícita que na letra “b” da alínea “B” do item 12.3 enquadram-se as carreiras de auditoria e controle interno em razão da correspondência com as atribuições do cargo de Auditor (Conselheiro-Substituto), nesse sentido a redação da mencionada letra será modificada para: **“b) de fiscalização, auditoria e/ou controle interno”**. Ressalte-se que por força do disposto no art. 74, § 2º da Lei Complementar Distrital nº 01/1994 não possível a permissão de somatório de tempos para alínea A do item 12.3 do Edital. Entretanto, por não existir disposição legal em sentido contrário, e à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, cabe esclarecer que será explicitada a permissão de soma dos tempos exercidos nos cargos constantes das letras da alínea B do item 12.3 do Edital, inserindo-se no edital o seguinte item: **“12.11.3.1 Para comprovação do disposto na alínea “B” do item 12.3 do Edital será permitido a soma dos tempos exercidos nos cargos constantes das letras dessa alínea, desprezando-se a parte fracionária após o resultado do somatório”**. É importante esclarecer, ainda, que a letra “f” da alínea B do item 12.3 do Edital será excluída, em face da reduzida equivalência entre as atribuições do cargo a ser provido por meio deste certame e as carreiras de segurança pública, elencadas no art. 144 da Constituição Federal.

Sequencial: 33

Subitem: 12.3

Argumentação: Ausência de previsão da prova de títulos do exercício do cargo de Defensor Público.

Resposta: improcedente. A definição das carreiras eventualmente contempladas com atribuição pontos na avaliação de títulos encontra-se, desde que respeite os ditames legais, dentro da margem de discricionariedade da administração pública em definir os critérios de seleção e classificação em seus certames e tem como objetivo selecionar os perfis considerados por ela mais adequados para o cargo público a ser ocupado. Por essa razão, não cabe o questionamento de que eventual carreira tenha ou não tenha sido contemplada. É importante esclarecer, ainda, que a letra “f” da alínea B do item 12.3 do Edital será excluída, em face da reduzida equivalência entre as atribuições do cargo a ser provido por meio deste certame e as carreiras de segurança pública, elencadas no art. 144 da Constituição Federal.

Sequencial: 34

Subitem: 15.35.1

Argumentação: Prezados, O item 15.35.1 dispõe que: "Para fins de elaboração dos(as) itens/questões, poderão ser consideradas, ainda, as jurisprudências dos tribunais superiores, assim como a jurisprudência aplicada aos tribunais de contas, desde que publicadas até 30 dias antes da data de realização das provas"

Todavia, a Lei Geral do Concurso do DF (Lei Distrital 4.949/2012), dispõe que a correção das provas de matéria jurídica deve utilizar como critério vinculante, sucessivamente (art. 53, § 1º): "I a jurisprudência pacificada, publicada até a data da primeira publicação do edital normativo do concurso: a) do Supremo Tribunal Federal; b) dos Tribunais Superiores; c) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; [...]". Dessa forma, o edital do concurso está em desacordo com a legislação, pelos motivos indicados a seguir: (i) não é possível cobrar jurisprudência posterior ao edital. Logo, ainda que publicada no prazo de 30 dias antes da data da prova, a jurisprudência será POSTERIOR ao edital, motivo pelo qual a cobrança estará em desacordo com o art. 53, § 1º, I, da Lei Distrital 4.949/2012. (ii) a jurisprudência a ser exigida em prova deverá ser do STF, de Tribunais Superiores e do TJDF. Portanto, não existe autorização, na Lei Distrital 4.949/2012, para a cobrança de jurisprudência dos tribunais de contas. Nesse contexto, os TCs não são órgãos do Poder Judiciário, motivo pelo qual não se enquadram no conceito constitucional de "Tribunais Superiores". Por fim, a redação em si do item 15.35.1 poderá ensejar dúvidas quanto ao conteúdo programático. Dispõe o dispositivo que será possível a cobrança da "jurisprudência aplicada aos tribunais de contas". Contudo, existe diferença entre "jurisprudência DO tribunal de contas" e "jurisprudência aplicável AO tribunal de contas". Por exemplo: a jurisprudência do STF sobre registro de atos de pessoal é DO STF, porém aplicável AO Tribunal de Contas. Por conseguinte, submete-se a presente impugnação pleiteando a alteração do item 15.35.1, para, nos termos do art. 53 da Lei Distrital 4.949/2012, limitar o conteúdo programático à: (i) jurisprudência publicada até a primeira publicação do edital; e (ii) jurisprudência STF, Tribunais Superiores e TJDF, vedando-se a cobrança da jurisprudência de Tribunal de Contas. Por fim, caso a eminente banca decida pela manutenção da jurisprudência dos tribunais de contas, que sejam adotadas as seguintes medidas: (i) seja definido no edital se a jurisprudência será DO Tribunal de Contas, ou de outros Tribunais, mas aplicável AOS tribunais de contas; (ii) caso a jurisprudência seja DO Tribunal de Contas, que a previsão seja limitada à jurisprudência do TCDF ou do TCU (ou uma, ou outra), em virtude da existência de divergência de posicionamento das duas Cortes de Contas sobre assuntos específicos. Logo, consoante dispõe a Lei Distrital 4.949/2012, a jurisprudência deverá ser PACIFICADA, motivo pelo qual é imprescindível limitar a sua fonte de referência (TCU ou TCDF). Atenciosamente!

Resposta: procedente. Apesar de o teor do art. 53 da Lei Distrital nº 4.949/2012 estipular critérios de correção das provas e não necessariamente conteúdos, a serem explorados nas questões, o edital será retificado, passando esse subitem a ter a seguinte redação: **“15.35.1 Para fins de elaboração dos(as) itens/questões, poderão ser consideradas, ainda, as jurisprudências pacificadas do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, desde que publicada(s) até a data de divulgação do edital normativo desse concurso”**

Sequencial: 35

Subitem: 6.2.3

Argumentação: O item em epígrafe restringiu indevidamente a isenção da taxa de inscrição do concurso público apenas para quem presta serviço à "Justiça Eleitoral do Distrito Federal". Contudo, essa restrição é ilegal e inconstitucional pelas seguintes razões: 1. Violou o princípio da isonomia, uma vez que excluiu da isenção todas as outras pessoas que prestam serviço à Justiça Eleitoral, mas que são de outros Estados da Federação. Como se sabe, o serviço eleitoral é uno em todo o território nacional, sendo uma justiça federal especializada. Destarte, viola o princípio da impessoalidade traçar distinções injustificadas relativas ao serviço eleitoral. 2. Pela ementa da Lei distrital n.5818 de 10/04/2017, que fundamenta tal isenção, não há a distinção acima traçada. Tal lei contempla "isenção do pagamento de valores a título de inscrição em concursos públicos no âmbito do Distrito Federal para os eleitores que tenham prestado SERVIÇO ELEITORAL". 3. O art. 1º, § 1º, da supracitada Lei, que estabelece quem é o beneficiado pela isenção, afirma: "Considera-se eleitor convocado e nomeado aquele que presta serviços à JUSTIÇA

ELEITORAL no período de eleição...". Veja-se que aqui também não é estabelecida qualquer distinção acerca do local de prestação dos serviços eleitorais. 4. No concurso de Procurador do Tribunal de Contas do DF, o Edital n. 1, de 19/2/2020, realizado por esta r. Banca, previu igual isenção, entretanto, obedeceu plenamente o disposto na Lei Distrital, ao estabelecer no item 7.1 alínea "c", a prestação de serviço à JUSTIÇA ELEITORAL, não sendo exclusivamente a do Distrito Federal. Assim, observa-se que, tratando-se do mesmo órgão (Tribunal de Contas do DF) e para cargos com natureza semelhante (Procurador e Conselheiro Substituto), viola o princípio da razoabilidade realizar tratamento diferenciado entre ambos os certames. Ademais, os candidatos que prestaram serviço eleitoral fora do DF e que se inscreveram no concurso de Procurador do TC-DF tiveram suas isenções deferidas. Portanto, é salutar que esta R. Banca possua tratamento análogo, a fim de evitar injustiças. 5. Por fim, também não se mostra razoável aceitar somente o serviço prestado à JUSTIÇA ELEITORAL DO DF com supedâneo exclusivo em um único dispositivo da lei, o qual encontra-se em completa disparidade com os demais dispositivos outrora apontados e, ainda, em dissonância total com o espírito do legislador que, previu a referida isenção. Isso porque, com a aprovação da lei, o legislador objetivou fomentar e incentivar a participação no serviço eleitoral, o qual, por não ser remunerado, carece de voluntários em todo o Brasil, não apenas no Distrito Federal. Caso contrário, se essa não fosse a intenção, a restrição seria aposta no corpo de toda a lei, com o fito de tornar claro e espancar qualquer dúvida sobre a amplitude da isenção. Assim, nota-se que o objetivo claro da lei não é de fazer separação entre os serviços eleitorais prestados ao Distrito Federal e aqueles outros prestados aos Estados da Federação. Por tais razões, pugna-se pela retificação do item 6.2.3, a fim de substituir a expressão "JUSTIÇA ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL" pela "JUSTIÇA ELEITORAL", a fim de abarcar a isenção aos candidatos que prestaram serviço à Justiça Federal de todo o Brasil.

Resposta: improcedente. O edital segue estritamente o disposto na Lei Distrital nº 5.818/2017.

Sequencial: 36

Subitem: 12/12.3/ALÍNEA B

Argumentação: Venho por meio desta solicitar a inclusão das carreiras de controle interno no item 12.3, alínea B, referente à avaliação de títulos, cujo conteúdo trata de pontuação por efetivo exercício, por mais de dez anos, sendo descrito que receberá pontuação os cargos integrantes das carreiras de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais de Contas de Estados e Municípios, bem como dos cargos de Auditor (Conselheiro-Substituto) e do Ministério Público desses Tribunais; de fiscalização; da magistratura; do Ministério Público; da Advocacia Pública; dos órgãos a que se refere o artigo 144 da Constituição Federal. Vale consignar que o edital aceita como título de experiência as carreiras policiais, artigo 144, que pouco tem similaridade com as funções a serem desempenhadas e deixa de fora a carreira irmã do controle externo. Assim, a própria constituição aborda, no seu artigo 74, que uma das finalidades do controle interno é "apoiar o controle externo na sua missão institucional". Nesse sentido, as atribuições e forma de atuação guardam similaridade e compatibilidade, e mesmo assim não foram elencadas no rol de carreiras aptas a receberem pontuação na prova de títulos, no quesito experiência profissional. Em face do exposto, peço respeitosamente o deferimento para inserir as carreiras de controle interno no rol de aceitação da experiência profissional para fins de avaliação de títulos.

Resposta: procedente. A definição das carreiras eventualmente contempladas com atribuição de pontos na avaliação de títulos encontra-se, desde que respeite os ditames legais, dentro da margem de discricionariedade da administração pública em definir os critérios de seleção e classificação em seus certames e tem como objetivo selecionar os perfis considerados por ela mais adequados para o cargo público a ser ocupado. Cabe ressaltar, ainda, que a exigência de lapso temporal para obtenção dos pontos previstos na alínea A do item 12.3 do edital tem fundamento legal no art. 74, §2º da Lei Complementar Distrital nº 01/1994, sendo que para alínea B desse item foi estipulada a mesma gradação por se tratar

de atividades simétricas. A presente impugnação é parcialmente procedente para tornar explícita que na letra “b” da alínea “B” do item 12.3 enquadram-se as carreiras de auditoria e controle interno em razão da correspondência com as atribuições do cargo de Auditor (Conselheiro-Substituto), nesse sentido a redação da mencionada letra será modificada para: **“b) de fiscalização, auditoria e/ou controle interno”**. É importante esclarecer, ainda, que a letra “f” da alínea B do item 12.3 do Edital será excluída, em face da reduzida equivalência entre as atribuições do cargo a ser provido por meio deste certame e as carreiras de segurança pública, elencadas no art. 144 da Constituição Federal.

Brasília/DF, 8 de dezembro de 2020.